

PE-143 - ANÁLISE DA COBERTURA VACINAL DE POLIOMIELITE NO RIO GRANDE DO SUL ENTRE 2013 E 2023

Gustavo Sousa Pinto Castro Barcellos¹, Kaliandra Pilla Ribeiro¹, Manuela Souza da Silva¹, Elisa Marques Mentz¹, Daniel Barbosa Tresmondi¹, Beatriz Batista Conzatti¹, Bianca Nascimento Naimayer¹, Eduarda Rafaela Machado Pacheco¹, Fernanda Lages Alves Eberhardt¹, Raíssa Rocha Marcos¹

1. Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA).

Introdução: A vacinação é a única forma de prevenção da poliomielite, uma doença viral que pode causar paralisia. Nesse sentido, faz-se necessário analisar a cobertura vacinal de poliomielite no estado do Rio Grande do Sul, visto que a meta de 95% não foi atingida nos últimos anos. **Objetivos:** Analisar e avaliar a situação da cobertura vacinal de poliomielite no estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 2013 e 2023. **Metodologia:** Dados de cobertura vacinal contra poliomielite foram coletados do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI) de 2013 a 2023 no Rio Grande do Sul, abrangendo a população elegível a receber os imunizantes de vacina oral de poliomielite atenuada (VOP) e vacina inativada de poliomielite (VIP), visando um estudo transversal com análises quantitativas e qualitativas. Similarmente, dados nacionais foram obtidos para contextualizar os achados. Análises anuais de cobertura e avaliações qualitativas baseadas em informações oficiais complementaram o estudo. **Resultados:** Conforme os dados coletados, 100,28% da população rio-grandense havia recebido as doses da vacina em 2013. Contudo, houve uma queda expressiva nos três anos seguintes, reduzindo para 84,46% em 2016. Entre 2017 e 2020, a média foi de 85,41%. Este decréscimo, também observado no país, possui relação direta com o sistema informatizado de registro de imunizações e com percepções equivocadas a respeito da eficácia das vacinas. Neste cenário, a taxa reduziu para 76,35% em 2021, menor valor histórico do período. Já em 2022, 78,80% da população havia sido vacinada, enquanto a cobertura teve um aumento de 1,74% em 2023, revelando uma importante retomada. Tal desdobramento é influenciado diretamente pelo planejamento multiestratégico adotado nos últimos anos. Neste sentido, os dados gaúchos mostraram-se elevados em relação ao Brasil, visto que a cobertura rio-grandense atingiu 80,54% em 2023, enquanto a brasileira alcançou 75,39%. **Conclusão:** A partir da análise dos dados, perceberam-se variações significativas de 2013 a 2023. No que se refere à meta de 95% de cobertura vacinal recomendada pela OMS, notou-se que o território gaúcho não a atinge desde 2013. Da mesma forma, houve uma redução nas taxas de imunizações contra a poliomielite no território gaúcho ao longo do intervalo contemplado. Entretanto, constatou-se uma crescente a partir de 2021, considerando o aumento verificado nos dois anos seguintes, o que destaca a eficiência da estratégia adotada para promover a retomada da cobertura vacinal no estado.

PE-144 - ANOMALIA DENTÁRIA NEONATAL EM RECÉM-NASCIDO PREMATURO: RELATO DE CASO

Tamara Marielle de Castro¹, Jessica Weizenmann¹, Eloize Feline Guarnieri², Anna Carolina Santos da Silveira², Eduarda Pasini Dein², Larissa Oliveira Silveira², Cristiano do Amaral de Leon²

1. Hospital Universitário de Canoas, 2. Universidade Luterana do Brasil (ULBRA).

Introdução: O dente neonatal é uma ocorrência incomum que consiste no nascimento de um ou mais dentes visíveis na cavidade oral do recém-nascido, geralmente nos primeiros 30 dias de vida. Embora seja uma condição rara, o dente neonatal pode apresentar desafios significativos, tanto para o bebê quanto para seus cuidadores. **Relato de caso:** A.G.R.B., masculino, nascido com 28 semanas e 2 dias de gestação, foi admitido na unidade neonatal devido a prematuridade extrema e complicações respiratórias. Durante a avaliação inicial, observou-se uma anomalia dentária única: um dente já erupcionado e outro retido, acompanhado por um cisto dentígero. A presença do dente erupcionado representou uma preocupação significativa devido ao risco de deglutição e realização de procedimentos invasivos como a intubação traqueal. Ao longo dos 91 dias de internação, o paciente enfrentou múltiplas complicações, incluindo doença da membrana hialina, displasia broncopulmonar, sepsis e convulsões. O manejo exigiu intubação orotraqueal e com isso a presença do dente gerou preocupações, sendo feita avaliação e retirada do dente pela equipe bucomaxilofacial com o paciente intubado. **Discussão:** A anomalia dentária neonatal apresentou desafios únicos no manejo clínico do paciente prematuro. O risco de obstrução das vias aéreas e complicações respiratórias destacou a importância da identificação precoce e avaliação abrangente de anomalias dentárias em recém-nascidos prematuros. Embora a relação direta entre a anomalia dentária e as complicações clínicas não fosse totalmente compreendida, a abordagem multidisciplinar foi fundamental para garantir um cuidado abrangente e seguro. A anomalia dentária neonatal em recém-nascidos prematuros gera questionamentos sobre a necessidade de intervenção para remoção da dentição e exigem uma abordagem individualizada e multidisciplinar para cada caso. Alguns profissionais optam pela remoção preventiva do dente para evitar potenciais complicações, outros preferem uma abordagem mais conservadora, monitorando de perto o desenvolvimento dentário e intervindo apenas se surgirem complicações. A decisão final deve ser baseada em uma avaliação cuidadosa dos riscos e benefícios, levando em consideração as características clínicas do paciente e a expertise da equipe multidisciplinar envolvida.